



Índice

- 01** Encontro debate questão e cultura indígenas em Uberlândia
- 02** Debate na Band: jornalistas perguntam e candidatos falam de economia e questão indígena
- 03** Quilombolas acham insuficiente a área delimitada pelo Incra
- 04** Índio de 7 anos é detido após assassinato de professor no AM
- 05** Governo propõe novo instituto para saúde indígena, sem prever concursos
- 06** Vírus de resfriado podem ter causado a morte de crianças indígenas no Pará
- 07** Indígenas e camponeses lutam contra implantação de hidrelétrica
- 08** Movimento de Povos Indígenas da Bahia repudia proposta de privatização da saúde indígena
- 09** Em encontro, Pimentel diz que estado também deve atuar na política indígena
- 10** Ibama intensifica fiscalização em Terras Indígenas
- 11** Livros contam um pouco sobre a cultura indígena
- 12** Queimada em reserva florestal ameaça área indígena em Goiás
- 13** Sem água há 4 meses, indígenas ameaçam bloquear a MS-295
- 14** Comunidades quilombolas discutem situação do rio São Francisco
- 15** Considerações do Cimi acerca de Carta Circular número 04 do FPCondisi



-
- 16** Manifesto Moratória São Francisco Vivo! Meu Rio de São Francisco: quanta turvação!
 - 17** Povos Quilombolas do Maranhão protestam na Estrada de Ferro Carajás
 - 18** Comunidades denunciam ameaças e ações violentas por parte de fazendeiros e madeireiros na região do Tapajós, no Pará
 - 19** Ministério da Justiça prorroga permanência da Força Nacional em Belo Monte
 - 20** BA – Comunidades de Casa Nova se organizam para defender áreas de fundo de pasto
 - 21** BA – Comunidade tradicional é atingida por impactos dos parques eólicos
 - 22** Nota da Apoinme sobre o novo modelo de execução da saúde indígena
 - 23** Nota de repúdio da Arpinsul a criação do INSI e apoio ao posicionamento da Apib
 - 24** Guatemala: Indígenas e camponeses lutam contra implantação de hidrelétrica
 - 25** Guardiões de sementes, um resgate do direito à soberania alimentar
 - 26** O vale tudo da política ruralista
 - 27** Índios Tremembé lutam contra construção de complexo turístico espanhol em seu território
 - 28** Policiais militares espancam indígena e o mantém cativo durante evento em Palmeira dos Índios
 - 29** Governo propõe criação de Instituto de Saúde Indígena
 - 30** Cristalândia realiza 1º júri popular com indígena; ele era acusado de homicídio



Encontro debate questão e cultura indígenas em Uberlândia

SÍTIO G1, 27.08.2014

Inscrições para o evento terminam nesta quinta-feira (28). Dentre os temas a serem discutidos, está a política indígena brasileira.

As inscrições para o II Encontro Questão Indígena e Educação: cultura e diversidade local, realizado em Uberlândia, terminam nesta quinta-feira (28). O evento ocorre na sexta-feira (29) e no sábado (30) e é gratuito, além de ter emissão de certificado para os participantes. Os interessados devem se inscrever pelo site do Museu do Índio e não há limites de inscrição.

A programação do evento conta com uma mesa redonda na sexta-feira, às 19h, no auditório da Prefeitura, onde será debatida a política indígena brasileira. A atividade em questão terá a participação de Márcio Meira, antropólogo e ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), e Marcos Terena, reconhecida liderança indígena.

Já no sábado, no auditório 5S do campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), de 9h às 12h, ocorre o minicurso "Cultura Material e Povos Indígenas: produção, utilização, transmissão e experiência estética". A atividade será ministrada pela Dra. Lúcia Hussak van Velthem, antropóloga e pesquisadora do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Ainda no sábado, das 14h às 17h, a Dra. Bruna Franchetto, professora e pesquisadora do Museu Nacional/UFRJ, fala sobre o tema "Línguas indígenas no Brasil: (des)conhecimento de uma riqueza ameaçada.



Debate na Band: jornalistas perguntam e candidatos falam de economia e questão indígena

SÍTIO CORREIO 24 HORAS, 27.08.2014

O jornalista João Paulo Andrade perguntou a Mairna Silva como não ser "gerente" ao administrar o Brasil já que o governo federal tem diversos ministérios.

No terceiro bloco, jornalistas da Band tiveram oportunidade de fazer perguntas aos candidatos, escolhendo também alguém para comentar a resposta. O jornalista Boris Casoy abriu a sessão de perguntas questionando Dilma Rousseff sobre o "momento preocupante" da economia brasileira, que enfrenta crescimento baixo e inflação alta. "Se reeleita, a senhora via manter ou mudar a política econômica?". Ele indicou Aécio Neves para debater a questão com Dilma.

"O Brasil enfrenta hoje uma das mais graves crises internacionais. Mantivemos o nível de emprego e inflação sob controle", afirmou Dilma, iniciando sua resposta. "Criamos as condições de um novo ciclo de crescimento (...) e a inflação está no limite da meta".

Aécio utilizou seu comentário para dizer que o "Brasil do PT", é um mundo de sonho. Dilma então se dirigiu ao telespectador: "Tem ou não tem mais emprego? Tem ou não tem Bolsa Família? Tem ou não tem Minha Casa, Minha Vida?".

O jornalista João Paulo Andrade perguntou a Marina Silva como não ser "gerente" ao administrar o Brasil já que o governo federal tem diversos ministérios. Marina disse que o que é preciso para governar é ter "visão estratégica". "O presidente Lula não é um gerente. Foi um homem com visão estratégica e apostou que deveria reduzir a pobreza investindo em inclusão social. O presidente Fernando Henrique não é um gerente, é um acadêmico. E com visão estratégica". Ela disse ainda que o país "vai ser entregue em condições piores do que foi entregue à presidente que se colocava como gerente" e disse que poderia acabar com alguns ministério. "Vamos dar eficiência ao estado para que funcione em benefício da sociedade e que os partidos não sejam os donos do Brasil".

Dilma, escolhida para comentar, afirmou que "um presidente da República terá que tomar posições, fazer gestão", e Marina rebateu afirmando que o "presidente tem que ter legitimidade (...) ser capaz de mediar diferentes interesses. É dessa forma que pretendo governar".

O jornalista Fabio Pannunzio optou por perguntar para Aécio, com Marina comentando. "Na gestão de vocês, quantos cargos serão de livre nomeação? O que vocês vão fazer com esses pouco mais de 20 mil pessoas que hoje trabalham na máquina pública sem concurso?", quis saber o profissional de imprensa.



Quilombolas acham insuficiente a área delimitada pelo Incra

SÍTIO A TARDE, 27.08.2014

Yuri Silva

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) reconheceu nesta terça-feira, 26, como de uso histórico da comunidade remanescente de quilombo 301,3 hectares de território disputado com a Marinha do Brasil. Contudo, o órgão federal delimitou apenas 104 hectares, destinando-os à regularização agrária de 67 famílias lá residentes.

Os moradores reivindicam a demarcação de 270 hectares no local onde se estabeleceu o Quilombo Rio dos Macacos, na região da Base Naval de Aratu (Simões Filho, na Região Metropolitana de Salvador).

O reconhecimento foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) e inclui o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTDI) elaborado pelo Incra durante os últimos dois anos.

"Colocamos essa proposta na mesa e cobramos uma resposta da presidente Dilma. A comunidade vai se reunir para conversar, mas ainda esperamos uma resposta do governo",

reforçou nesta terça uma das líderes da comunidade quilombola, Rosimeire Messias dos Santos.

A afirmação foi feita após uma reunião dos quilombolas com representantes da Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia (AATR-BA) e do movimento negro baiano. A partir de agora, a Marinha brasileira e os moradores têm 30 dias para se manifestar e 90 para contestar a delimitação do espaço.

Acesso a rio

Segundo a vice-presidente do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN), a socióloga Vilma Reis, algumas reivindicações da comunidade ficaram fora da proposta do governo federal. Uma delas é o uso comum da água do rio que corre no local.

"Mesmo com a recusa da proposta pela comunidade na última audiência, o governo publicou a demarcação dos 104 hectares de forma autoritária. O Estado brasileiro foi indiferente à proposta da comunidade de Rio dos Macacos", criticou a socióloga.

Em contrapartida, o titular da Secretaria Nacional de Articulação Social, Paulo Maldos, designado pelo governo federal para falar à imprensa sobre o assunto, afirmou à equipe de reportagem de A TARDE que "o relatório compatibilizou duas fontes de direito, reconhecendo a comunidade e, ao mesmo tempo, preservando a Base Naval, considerada de importância estratégica para a proteção do país como um todo".

CONT.



Promessa

Conforme Maldos, o governo federal pretende levar à região de Rio dos Macacos políticas públicas inexistentes atualmente, como, por exemplo, saneamento básico e auxílio na administração ambiental da área.

"É dever do Estado auxiliar na gestão deste território, conforme o padrão cultural quilombola, para garantir a continuação da comunidade histórica", assinalou Paulo Maldos.

Uma entrada alternativa à da Base Naval também entrou na proposta. Atualmente, os quilombolas precisam passar pela guarita do local para acessar à comunidade, o que já resultou em sério atrito.

Uma reunião entre o governo federal e representantes do Quilombo Rio dos Macacos para discutir o tema está sendo programada para o dia 5 de setembro, na capital federal (sede do Inbra).

A TARDE tentou ouvir a Marinha sobre o assunto, mas até a publicação desta reportagem os questionamentos feitos não foram respondidos.



Índio de 7 anos é detido após assassinato de professor no AM

SÍTIO TERRA, 27.08.2014

Criança cometeu o crime com outros cinco adolescentes no interior do Amazonas

Márcio Azevedo

Um menino de 7 anos e cinco adolescentes, com idades entre 13 e 17 anos, foram detidos nesta segunda-feira no município de Juruá, a 640 km de Manaus. Eles assumiram terem degolado e esfaqueado um professor de 42 anos. Segundo a polícia, o crime foi motivado por vingança porque um parente da vítima teria assassinado o pai da criança apreendida. Todos os suspeitos são índios da etnia Madijá Kulina.

O caso, segundo o delegado Daniel Trindade, foi descoberto somente no final da tarde, quando a tia de um dos suspeitos procurou a delegacia do município para contar a história. "Ela (tia) contou que o sobrinho chegou em casa muito alterado e visivelmente embriagado. Ao conversar com ele, o adolescente de 13 anos contou o que tinha feito com os outros colegas", contou Trindade.

Após tomar conhecimento do crime, o delegado apreendeu todos os cinco adolescentes e a criança. Em seguida, os policiais foram até uma área às margens do rio Juruá, onde o professor Roressi Madija Kulina, de 42 anos, que também é indígena, foi assassinado. No local a polícia encontrou a roupa da vítima e as facas usadas no crime.

"Quando conversamos com os garotos, ficamos horrorizados. O menino de 7 anos contou em detalhes como deu as duas facadas no professor. O adolescente de 17 anos foi quem decapitou a cabeça da vítima e os outros adolescentes ajudaram a esfaquear. Depois o corpo foi jogado no rio", explicou o delegado que acredita ser difícil localizar o corpo.

Os cinco adolescentes irão permanecer em uma cela da delegacia de Juruá e a criança já foi entregue aos avós maternos, pois ela não pode ficar detida. O caso será encaminhado para o Ministério Público Estadual (MPE), que decidirá se eles irão permanecer no município ou se serão encaminhados para Manaus.



Governo propõe novo instituto para saúde indígena, sem prever concursos

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 27.08.2014

O governo federal propôs a criação de um novo órgão para cuidar da saúde e do saneamento indígenas, que vai permitir a contratação de trabalhadores, sem concurso público, e a aquisição de equipamentos e serviços sem obedecer aos trâmites da Lei de Licitações.

Segundo o Ministério da Saúde, no entanto, há regras que deverão ser seguidas pelo Insi (Instituto Nacional de Saúde Indígena), como seleções públicas de candidatos e compras que "respeitam os princípios" da lei atual de licitações.

A proposta tem o objetivo de evitar o descumprimento de um acordo judicial que previa o fim da terceirização na saúde indígena, firmado com o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho em 2008, mas que previa a realização de concurso público na área. A proposta foi desenhada pela Saúde ainda sob a gestão Alexandre Padilha e em parceria com o Ministério do Planejamento.

A ideia é que o novo órgão, batizado de Insi, integre a administração indireta e seja regido pelo direito privado, mas ficará subordinado ao Ministério da Saúde e deve herdar um orçamento anual de cerca de R\$ 1 bilhão, para atender a cerca de 660 mil indígenas que vivem em aldeias.

O governo está discutindo a proposta com as comunidades indígenas e com o Ministério Público. A Saúde pretende mandar um projeto de lei ao Congresso Nacional até outubro para que ele possa ser concretizado.

Sua criação ocorre apenas quatro anos após a criação de um outro órgão para saúde indígena, a Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena), que descentralizou a gestão para os DSEIs (Distritos Sanitários Especiais Indígenas), mas não foi capaz de resolver os problemas do setor, na avaliação dos órgãos de controle.

Historicamente, o setor da saúde indígena é marcado por irregularidades e suspeitas de corrupção, desde quando ficava a cargo da Funasa (Fundação Nacional de Saúde).

A Folha revelou em março, por exemplo, que auditorias da CGU (Controladoria-Geral da União) detectaram gastos irregulares de R\$ 6,5 milhões na saúde indígena, já sob a gestão da Sesai, e houve afastamento de funcionários suspeitos de envolvimento.

POLÊMICA

Essa proposta do Insi, porém, já começou a gerar protestos do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), que a classifica de "privatização da saúde indígena".

CONT.



Para o ministro da Saúde, Arthur Chioro, o instituto vai agilizar a prestação de serviços na área e continuará sendo fiscalizado pelo ministério e pelos órgãos de controle, como CGU, TCU (Tribunal de Contas da União) e Denasus (Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde).

"Não existe perda de controle, essa é a grande vantagem, tem o ganho de governança da administração privada e não perde o caráter público", afirmou à Folha.

Nesse quadro, a Sesai permaneceria apenas como formuladora de políticas para o setor, enquanto o Insi executaria toda a prestação de saúde indígena.

Atualmente, a Sesai terceiriza a saúde indígena por meio de três organizações sociais, que contratam a mão de obra para atuar nos DSEIs, atualmente de cerca de 12 mil profissionais. A ação do Ministério Público era justamente para evitar essa terceirização, considerada ilegal.

Segundo Chioro, as contratações agora seriam feitas diretamente pelo Insi, por meio de processos seletivos mais simplificados que concursos públicos, da mesma forma que ocorreria com as licitações.

"Na parte de compras, por exemplo, você respeita os cinco princípios da 8.666 [Lei das Licitações], mas vai ter um regimento de compras que permite ter dispensa de várias etapas, os prazos são menores, tem aquisição de materiais e serviços com muito mais agilidade e transparência", afirmou o ministro.

Para o secretário executivo do Cimi, Cleber Buzatto, o Insi vai "legalizar os vínculos empregatícios precários e perpetuar o caos".

Buzatto afirma que o próprio Ministério da Saúde não deu capacidade para que os DSEIs gerissem os recursos, por exemplo, com a contratação de pessoal especializado para cuidar de licitações.

"Eles provocaram o gargalo e agora usam como argumento para defender o instituto", diz.

De acordo com o advogado Fernando Villela, sócio do setor de Infraestrutura e Regulatório do escritório Siqueira Castro, o regime de contratação do Insi será disciplinado na legislação que criar o instituto. Segundo ele, há várias entidades da administração indireta que não seguem a Lei das Licitações, mas estão sujeitas à fiscalização dos órgãos de controle.

"Essa flexibilização das licitações não significa estar mais suscetível a irregularidades", avalia.



Vírus de resfriado podem ter causado a morte de crianças indígenas no Pará

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 27.08.2014

Vírus respiratórios comuns em grandes centros urbanos, como o rinovírus, podem ser a causa da morte de três crianças de uma aldeia indígena assurini em Tucuruí

Agência Brasil

Vírus respiratórios comuns em grandes centros urbanos, como o rinovírus, podem ser a causa da morte de três crianças de uma aldeia indígena assurini em Tucuruí, no sudeste do Pará. Segundo o Instituto Evandro Chagas, das 20 crianças submetidas a exames na semana passada, dez apresentaram ao menos um de três vírus causadores de doenças respiratórias comuns, como resfriado, coriza e conjuntivite.

Para os pesquisadores, mesmo a parte do grupo que deu resultado negativo pode ter sido contaminado pelos mesmos agentes patogênicos, embora já não apresentasse carga viral, porque todas as crianças estavam com os mesmos sintomas. As três crianças indígenas que morreram estavam entre as que tiveram material biológico colhido para o exame, mas a Agência Brasil ainda não conseguiu confirmar se elas fazem parte do grupo em que já foi possível identificar a contaminação por vírus.

Vinculado ao Ministério da Saúde, o instituto explicou que, em pessoas já expostas aos vírus e cujo sistema imunológico tenha desenvolvido resistência, o rinovírus, se devidamente tratado, não provoca nada além de um resfriado comum. Já os outros dois vírus identificados nas amostras de material biológico colhidas dos índios, o adenovírus e o coronavírus, poderiam causar doenças respiratórias agudas, mas também sem maior gravidade.

A hipótese mais provável é que, embora tenham contato com não índios, os assurinis da Aldeia Trocará ainda não adquiriram resistência aos três vírus. Os primeiros exames realizados já haviam descartadas a possibilidade de se tratar de doenças como gripe A (H1N1) ou coqueluche.

Além das 20 crianças assurinis submetidas a exames na semana passada, há relatos de que outros índios já haviam apresentado os mesmos sintomas, com tosse, dificuldade para respirar e febre. O Ministério da Saúde continua apurando o possível número de infectados, mas, em nota, a Secretaria de Saúde Pública do Pará indica que até 90 índios apresentaram os mesmos sintomas.

Além das três crianças da aldeia mortas na semana passada, mais cinco tiveram que ser internadas no sábado (23) no Hospital Universitário Barros Barreto. Duas foram liberadas para voltar à Aldeia Trocará logo após melhorarem um pouco, mas antes que o resultado dos exames fosse conhecido. Segundo a assessoria do hospital, que fica em Belém e é vinculado à

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 151 / 2014

Brasília, 28 de agosto de 2014.

Universidade Federal do Pará, elas não puderam permanecer internadas por falta de leitos. As outras três continuam sob cuidados médicos, mas o quadro clínico delas é estável e devem receber alta em breve.



Indígenas e camponeses lutam contra implantação de hidrelétrica

SÍTIO ADITAL, 27.08.2014

Natasha Pitts
Adital

Medo e repressão têm sido uma constante na vida do povo maya Q'eqchi', que reside na microrregião de Balbatzul, município de Cobán, Alta Verapaz (Guatemala). Isso porque, desde 2009, a empresa Hidro Santa Rita, com apoio do governo departamental, do prefeito municipal e de empresários, pretende instalar uma hidrelétrica sobre o rio Dolores, único recurso hídrico que abastece mais de 30 comunidades. Se por um lado as ações da empresa avançam, por outro as comunidades afetadas também estão agindo e buscando na justiça o direito a defenderem sua terra. A resposta tem sido a escalada da criminalização.
papelrevolucion.com

No último dia 14 de agosto, a comunidade 09 de Fevereiro sofreu uma tentativa de desalojamento. Antes de chegar à comunidade, a Polícia Nacional Civil (PNC) se deparou, na rodovia, com uma manifestação organizada pela Comunidade Monte Olivo, que também se opõe à construção da hidrelétrica Santa Rita. Mesmo sendo uma ação pacífica, a PNC prendeu cinco manifestantes.

Na madrugada do dia seguinte, 15 de agosto, a Polícia chegou à comunidade 09 de Fevereiro, mas a população já havia deixado o local. As casas foram demolidas e o que restou delas foi queimada. Desde junho deste ano, a quantidade de famílias que moram na comunidade já vinha diminuindo em virtude do constante assédio de empresários ligados à hidrelétrica e de grupos armados ilegais. No mesmo dia, no município de Raxruha, aconteceu a prisão dos líderes do Comitê de Desenvolvimento Camponês e a ocupação policial da comunidade Monte Olivo.

No dia 16 de agosto, uma comissão formada por integrações de organizações e movimentos indígenas e de camponeses foi a Monte Olivo e conseguiu a saída da polícia. As famílias retornaram das montanhas para suas casas na comunidade.

Em maio deste ano, uma ação de desalojamento em Monte Olivo foi também frustrada. O objetivo principal era conseguir entrar com maquinário na propriedade Xalahá Canguinic, onde será construída a hidrelétrica Santa Rita, e capturar as lideranças locais, que, desde 2008, manifestam repúdio ao projeto hidrelétrico.

Poucos dias após a série de desalojamentos, manifestações e ocupações policiais, como uma tentativa de mascarar as ações violentas em favor da construção da hidrelétrica, o ministro de Governo, Mauricio López Bonilla, fez declarações à imprensa afirmando que a atuação da Polícia e do Exército será mantida em Alta Verapaz a fim de se combater o narcotráfico.

CONT.



Representantes de organizações indígenas e camponesas de Alta Verapaz participaram do 'IV Congresso de Povos, Comunidades e Organizações' e encontraram no evento uma oportunidade para denunciar a situação. Lideranças do povo Q'eqchi' revelaram que a repressão policial deixou como saldo três execuções extrajudiciais, 47 presos, 47 pessoas feridas, além de centenas de famílias camponesas e indígenas deslocadas e refugiadas nas montanhas. Segundo eles, hoje está se enfrentando as mesmas políticas repressivas vividas durante guerra civil, como as detenções ilegais, invasão de moradias e uso excessivo da força.

As populações afetadas pedem que a Procuradoria de Direitos Humanos (PDH) cumpra seu papel nos que diz respeito aos casos que envolvem violações aos direitos humanos. Também solicitam ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos na Guatemala que investigue as ações repressivas e de militarização que estão acontecendo em Alta Verapaz.



Movimento de Povos Indígenas da Bahia repudia proposta de privatização da saúde indígena

SÍTIO ADITAL, 27.08.2014

O Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (Mupoiba) entidade que reuni 143 comunidades indígenas de 22 etnias sendo elas: Tupinambá, Pataxó, Pataxó Hã-hã-hã-e, Kiriri, Tuxá, Tumbalalá, Atikum, Pakararé, Kaimbé, Pankarú, Pakararú, Xukuru-Kariri, Kariri-Xóco-Fulni-ô, Funi-ô, Potiguara, Tapuia, Kambiwá, Kapinawá, Xacriabá, Payaya, Kantaruré e Tuxi, totalizando um contingente de mais 56.800 indígenas distribuídos em 33 municípios, vem a público manifestar veemente repúdio a proposta de privatização da saúde indígena no Brasil.

Esta iniciativa está sendo arquitetada por meio da criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI) que, segundo proposta apresentada pelo secretário Especial de Saúde Indígena, Antônio Alves, passaria ser a instituição responsável pela execução das ações de atenção à saúde direcionadas para nós, povos indígenas. Não é segredo para ninguém, muito menos para o governo, que as ações de atenção à saúde indígena são um verdadeiro desastre no Brasil.

No entanto, ao invés de caminhar no sentido de efetivar encaminhamentos aprovados pelos povos indígenas nas diversas conferências de saúde e garantir o verdadeiro controle social pelos povos, o governo pretende, também na área da saúde, retroceder em relação aos nossos direitos. Desse modo, consideramos uma afronta, após tantas tentativas e esforços empregados com o objetivo de melhorarmos a Política da Atenção à Saúde Indígena no país, ficarmos sabendo que o governo federal tem em suas mangas uma proposta pronta de "reforma" desta política. Feita às pressas e sem qualquer procedimento de consulta ou construção coletiva, esta proposta explicita uma postura colonialista do governo federal e um absoluto desrespeito aos povos indígenas de todo o Brasil.

Trata-se de mais uma proposta feita no ar condicionado dos gabinetes de Brasília, totalmente distante da realidade das aldeias indígenas. Pedimos ao Ministério Público Federal que intervenha nesse processo defendendo o direito coletivo dos povos indígenas a um atendimento público e de qualidade na política de saúde indígena. O Estado brasileiro não pode isentar-se dessa responsabilidade para com os povos indígenas. Informamos também que os povos indígenas da Bahia não aceitarão de forma alguma esta proposta e usará todas as formas legais para que tal proposta não seja efetivada, mas se as formas legais não forem suficientes estaremos preparados como sempre para derramar nosso sangue sobre este solo para que nossas crianças tenham de fato e de direito uma saúde de qualidade.

Por último, queremos reafirmar que sem o direito à terra tradicional ser respeitado não existe saúde para os povos indígenas, já que vivendo na beira das estradas, na periferia das cidades ou expulsos de nossos lugares ancestrais, não temos condições de exercer nossos modos de vida tradicionais.

Salvador, 14 de agosto de 2014



Em encontro, Pimentel diz que estado também deve atuar na política indígena
SÍTIO ESTADO DE MINAS, 27.08.2014

O petista defendeu que a administração estadual assuma mais funções no cuidado dessas comunidades

Marcelo Ernesto

Fernando Pimentel se reuniu com grupos indígenas, nesta quarta-feira, na Praça do Papa, em Belo Horizonte (Divulgação/ Coligação Minas pra Você)

Fernando Pimentel se reuniu com grupos indígenas, nesta quarta-feira, na Praça do Papa, em Belo Horizonte

O candidato do PT ao governo de Minas, Fernando Pimentel, defendeu uma política que contemple a população indígena no estado. O petista se reuniu com grupos indígenas, nesta quarta-feira, na Praça do Papa, em Belo Horizonte. Ele classificou a população de índios como "segmento importante" e destacou a função econômica do grupo, que tem se dedicado à agricultura familiar. Pimentel ainda defendeu que a administração estadual assuma mais funções no cuidado dessas comunidades, o que, segundo ele, tem sido feito apenas pelo governo federal. "É um elenco de ações que tem que ser feitas focando a questão da valorização e da preservação das comunidades indígenas", disse.

O petista também comentou recentes pesquisas de intenção de voto para a Presidência e também para o governo de Minas. Segundo ele, os levantamentos mostram apenas o "retrato de momento", mas admitiu que está "alegre" com os números que o colocam na frente de seu principal adversário, o tucano Pimenta da Veiga (PSDB).

Sobre a corrida ao Palácio do Planalto, Fernando Pimentel disse que as intenções de voto em Marina Silva ainda são resultado da comoção causada pela morte do ex-governador de Pernambuco, Eduardo Campos, que morreu - junto com outras seis pessoas -, em um acidente de avião. "Tem um aumento [de intenções de voto] muito forte da candidata Marina Silva, que é explicável. Ela está sendo, de certa forma, beneficiada por essa morte lamentável do ex-governador de Pernambuco, Eduardo Campos, mas ela tem também uma trajetória política que a qualifica para essa disputa", falou.



Ibama intensifica fiscalização em Terras Indígenas

SÍTIO SGC, 27.08.2014

O Ibama em Rondônia, realizou na última semana a operação "Onda Verde", ocasião em que foram feitas incursões em alguns pontos de exploração madeireira ilegal no interior da Terra Indígena Karipunas, situada no município de Porto Velho (RO).

Os agentes Ambientais Federais em conjunto com a Polícia Militar Ambiental, flagrantearam 09 (nove) pessoas explorando madeiras ilegalmente, próximo à região do distrito de União Bandeirantes, os quais foram detidos e apresentados na Polícia Federal em Porto Velho. Os infratores responderão por crime ambiental, furto e porte ilegal de arma de fogo.

Ao todo foram lavrados 10 Autos de Infração que totalizaram mais de um R\$ 1 milhão em multas, foram apreendidos dois tratores, duas motocicletas, uma caminhonete, quatro motosserras, 04 armas de fogo, cerca de 150 metros cúbicos de madeira em tora e 550 lascas de madeira e mourões para cerca.

Segundo o superintendente Estadual do Ibama em Rondônia, Renê Luiz de Oliveira, as Terras Indígenas, por serem áreas da União, possuem caráter prioritário no combate aos ilícitos ambientais, pela autarquia federal.

Ainda de acordo com o superintendente Estadual, "com a quantidade de Projetos de Manejo Florestal Sustentável aprovados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (Sedam) no Estado, é inadmissível que sejam exploradas madeiras de forma ilegal, sobretudo em áreas protegidas.

A própria classe madeireira deveria combater e impedir as ilegalidades, pois eles mesmos são prejudicados com a desvalorização dos produtos florestais e o recrudescimento da fiscalização ambiental."

A Operação Onda Verde é uma ação realizada nos estados de Rondônia, Mato Grosso, Pará e Amazonas, que prioriza o combate e a prevenção aos desmatamentos ilegais.

Fonte: Diário da Amazônia



Livros contam um pouco sobre a cultura indígena

SÍTIO NICE FOR KIDS, 27.08.2014

Eles foram os primeiros habitantes do Brasil, e sua cultura é admirada por pessoas de todo o mundo, mas o respeito pelas tradições indígenas deve ser difundido desde pequeno. E nesse mês do folclore a editora Flores Ilimitadas lançou dois livros infantis que mostram um pouco desse universo.

“Uma amizade pintada de urucum” conta a história de Maria Joaquina, Ana-uá, Caa-iu-bí e Potyra, amigas unidas pela curiosidade infantil. Por meio de um episódio muito bem-humorado, o escritor Marcelo Aouila, com sua protagonista cheia de personalidade, e o ilustrador Cláudio Duarte, com seus desenhos inspirados na graça das caricaturas, mostram aos leitores a importância do encontro entre povos europeus e indígenas para a formação do povo brasileiro.

Já em “A recontadora de histórias” a escritora Sol Mendonça tem como ponto de partida as memórias narradas por sua amiga Lúcia Moraes, descendente direta de indígenas. Ilustrado pelo paulista Danilo Marques, o livro festeja a cultura indígena e mostra aos leitores a importância de cultivar a nossa memória e os nossos afetos.

CapaUrucum2Serviço:

Uma amizade pintada de urucum

Marcelo Aouila e Cláudio Duarte

20,5 x 27,5 cm; 28 páginas; colorido

R\$ 35,00

A recontadora de histórias

Sol Mendonça e Danilo Marques

20,5 x 27,5 cm; 28 páginas; colorido

R\$ 35,00



Queimada em reserva florestal ameaça área indígena em Goiás

SÍTIO G1, 27.08.2014

Moradores relataram aos bombeiros que incêndio pode ter sido criminoso. Fogo já atingiu 12 mil hectares da área; Funai estuda retiradas dos índios.

Uma queimada que já dura seis dias e destrói uma reserva florestal está ameaçando uma área indígena que fica entre Minaçu e Colinas do Sul, no norte de Goiás. Pelo menos 12 mil dos 38 mil hectares já foram atingidos pelas chamas. A suspeita é que o incêndio tenha sido provocado de maneira criminoso.

Por ser uma região de serra e difícil acesso, os bombeiros e também agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) afirmam que não é possível combater diretamente o fogo em grande parte da área. Devido a essa dificuldade, os brigadistas apenas monitoram o local para evitar que o fogo se alastre para outras partes da reserva.

A suspeita é que a queimada seja criminoso. Moradores da região relataram os fiscais do Ibama que pescadores que estavam no lago foram os responsáveis pelo início do incêndio, que se alastrou rapidamente.

A queimada ainda está distante da aldeia dos Avá-canoeiros, que vivem no norte do estado e estão ameaçados de desaparecer. Atualmente, só restam seis representantes da etnia. Mesmo assim, a Fundação Nacional do Índio (Funai) já estuda medidas para retirar os indígenas do local.



Sem água há 4 meses, indígenas ameaçam bloquear a MS-295

SÍTIO CAARAPÓ NEWS, 27.08.2014

A comunidade indígena da Aldeia Arroyo Corá, situada a aproximadamente 45 quilômetros da cidade, no município de Paranhos, ameaça bloquear por tempo indeterminado, o trânsito na Rodovia MS-295, trecho que liga Paranhos a região central do Estado, em Mato Grosso do Sul.

A manifestação é por conta da falta de água na reserva indígena, problema que já perdura quatro meses sem que o órgão responsável pela distribuição, ou seja, a SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena) tome providências, segundo as lideranças locais

De acordo com Dionísio Gonçalves, capitão ou “cacique” como também é chamado o líder da comunidade indígena, deste que a bomba do único poço artesiano existente na aldeia estragou há 120 dias, a população da reserva está sobrevivendo sem água apropriada para o consumo humano.

Segundo Dionísio, sem água potável na torneira, as famílias estão sendo obrigadas a consumir água de lagoas formadas pela chuva dentro da própria reserva indígena ou se deslocarem por quilômetros para apanhar água em minas ou em um córrego que passa na divisa entre a Aldeia Arroyo Corá e propriedades rurais.

“Acontece que esse córrego passa por lavouras e pastagens e acaba tendo a água contaminada por agrotóxicos e dejetos de animais. Em relação as lagoas de água da chuva existentes nas aldeias, que normalmente são usadas apenas para o consumo dos animais, com a falta de água nas torneiras, as famílias passaram a usar a água para lavar roupa, lavar louça, tomar banho e em alguns casos até para o consumo, feito que tem provocado doenças como diarreias e vômitos nas crianças, idosos e até mesmo nas pessoas mais jovens”, disse o cacique.

Prazo até esta sexta-feira

Cansados de esperar por uma solução para o problema, a comunidade de Aldeia Arroyo Corá decidiu estabelecer um prazo até esta sexta-feira, dia 29 de agosto, para que a SESAI e as autoridades competentes apresentem uma solução para o problema.

“Queremos que o problema seja resolvido o mais rápido possível, por isso buscamos a ajuda de vocês da imprensa, para mostrar o grave problema, inclusive de saúde pública, que a falta de água está proporcionando em nossa aldeia. Caso até esta sexta-feira a SESAI e as autoridades competentes não apresentem nenhuma solução, a comunidade já se decidiu, vai bloquear a rodovia e só vai liberar depois que o problema da falta de água for resolvido definitivamente”, disse Dionísio Gonçalves.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 151 / 2014

Brasília, 28 de agosto de 2014.

Segundo o líder guarani-kaiowá, a reivindicação da comunidade é que o poço hoje já existente seja colocado em operação de imediato e para que seja construído um novo poço para atender a demanda.

Segundo Dionísio Gonçalves, a Aldeia Arroyo Corá abrange uma área territorial de mais de 7 mil hectares, abriga 109 famílias e tendo uma população estimada em mais de 700 habitantes.



Comunidades quilombolas discutem situação do rio São Francisco

SÍTIO INFORMELEM, 27.08.2014

De hoje, 27 até o dia 29 de agosto, quilombolas das diversas regiões da Bacia do Velho Chico estarão reunidos em Bom Jesus da Lapa - BA

O município de Bom Jesus da Lapa, no oeste da Bahia, foi escolhido para sediar o 1º Seminário das Comunidades Quilombolas na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, que acontecerá entre os dias 27 e 29 de agosto, reunindo comunidades de remanescentes de quilombos que habitam as margens do Velho Chico e seus afluentes. Durante o encontro, promovido pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF, serão tratados temas como regularização fundiária; políticas públicas para as comunidades quilombolas; saúde e educação; impactos de grandes empreendimentos e o Pacto das Águas, entre outros assuntos. O Seminário é gratuito e acontece no Centro de Treinamento de Líderes - CTL, localizado na Avenida São Vicente de Paulo, s/n.

Além das comunidades quilombolas, os debates envolverão representantes governamentais que lidam com as políticas para os chamados 'povos tradicionais'. Entre os órgãos convidados estão a Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura – MinC, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – Seppir, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-Incra, entre outros.

Para o coordenador da Câmara Consultiva Regional do Médio São Francisco do CBHSF, Claudio Pereira, responsável pelo encontro, "o seminário será um momento de estabelecer diretrizes e dar encaminhamentos para garantia de maior visibilidade dos povos tradicionais na bacia do Velho Chico". A expectativa do coordenador é reunir cerca de 150 lideranças quilombolas dos estados que compõem a Bacia do Velho Chico (Bahia, Minas Gerais, Sergipe, Alagoas e Pernambuco).

1º Seminário das Comunidades Quilombolas na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

PROGRAMAÇÃO

Dia 27/08/2014

19h00 - Abertura oficial e jantar de boas vindas

Dia 28/08/2014

8h - Credenciamento dos participantes

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 151 / 2014

Brasília, 28 de agosto de 2014.

8h30 - Abertura: Cláudio Pereira - Coordenador da CCR Médio SF e representante das organizações quilombolas

9h - Mesa 1: Territórios Quilombola: Da Certificação a Titulação.

Fundação Palmares, Incra, SPU, Ouvidoria Agrária

09h45 - Debate

10h - Mesa 2: Políticas Públicas de afirmação, Promoção e Reparação. SEPPIR

10h45 - Debate

11h - Mesa 3: Impactos dos grandes empreendimentos, e pacto pelas águas - CBHSF, MPF, Fundação Palmares:

11h45 - Debate

12h30 - Intervalo para almoço

14h - Mesa 4: Organização Sócio Cultural e situação atual das comunidades.

Conaq, Conselhos Estaduais.

14h30 - Oficinas Temáticas: Organização em grupos de trabalho

GT.1. Regularização fundiária e conflitos agrários. GT.2. Organização sócio cultural e pactos pelas águas. GT.3. Saúde e Educação. GT.4. Produção e desenvolvimento sustentável. GT.5. Infraestrutura e abastecimento. GT.6. Impactos dos grandes empreendimentos e modelo de desenvolvimento.

17h - Apresentação dos grupos

18h30 - Encerramento

19h - Jantar de confraternização e noite cultural

Dia 29/08/2014

8h30 - Plenária para elaboração do relatório final

12h - Encerramento

12h30 - Almoço

Fonte: Douglas Batista/[informelem.com.br/Ascom CBHSF](http://informelem.com.br/Ascom/CBHSF)



Considerações do Cimi acerca de Carta Circular número 04 do FPCondisi

SÍTIO CIMI, 27.08.2014

Considerando a Carta Circular número 04 do Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena (FPCondisi), de 25 de agosto de 2014, por meio da qual divulga "nota de repúdio à nota publicada pelo Conselho Indigenista Missionário sobre a Criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena", cumpre-nos observar que:

1- O Cimi é uma organização indigenista e como tal não se manifesta nem fala em nome dos povos indígenas do Brasil, nem pelo controle social da saúde indígena.

2- Os povos indígenas do Brasil são autônomos nas suas manifestações, têm suas instâncias organizativas legítimas e manifestam-se de acordo com suas próprias deliberações. O Cimi sempre defendeu e defende este direito dos povos indígenas.

3- O Cimi atua em defesa dos povos indígenas e de seus direitos no Brasil desde 1972.

4- O Cimi é membro de espaços de controle social da saúde indígena em Conselhos Distritais de Saúde Indígena (Condisi) e na Comissão Intersectorial de Saúde Indígena (Cisi). Apesar disso, o Cimi somente teve acesso à informação sobre a proposta de criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI) por meio de uma mensagem de e-mail enviada pelo Secretário Especial de Saúde Indígena, Sr. Antônio Alves, ao representante da entidade junto à Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), Saulo Ferreira Feitosa, fato ocorrido no último dia 01 de agosto.

5- De posse dessa informação, que vinha sendo escondida dos povos indígenas até então, o Cimi cumpriu o compromisso histórico e sua obrigação, inclusive estatutária, de informar os povos indígenas sobre um tema de relevante interesse para suas vidas. No caso, fez isso por meio do documento intitulado "Nota do Cimi contra a privatização da Atenção à Saúde Indígena".

6- Diante do processo violento e sistemático de ataques aos povos indígenas e seus direitos, que vem sendo implementado nos últimos anos por setores político econômicos anti-indígenas e pelo governo brasileiro, a manifestação pública do Cimi tem sido uma prática permanente. Foi assim, no caso das Portarias 419-11 e 303-12, do decreto presidencial 7957-13, da PEC 215-00, do relatório do PL 1610-96 e de tantos outros instrumentos que estão sendo usados na perspectiva de dismantlar as estruturas do Estado brasileiro que têm responsabilidades constitucionais relativamente aos direitos dos povos indígenas no Brasil.

7- A manifestação pública do Cimi sobre o INSI não retirou dos povos indígenas o direito legítimo de manifestarem-se sobre o tema. A nota do Cimi trouxe à tona uma informação que vinha sendo mantida em sigilo inconfesso pelos gestores da SESAI.

CONT.



8- Diferentes organizações e lideranças indígenas, legitimamente constituídas pelos próprios povos, têm expressado posicionamento político acerca da proposta de criação do INSI. A título de exemplo podemos citar: Apib: Nota pública sobre o novo modelo institucional proposto pelo governo para o atendimento à saúde dos povos indígenas; Conselho Indígena de Roraima divulga nota crítica à proposta de privatização da saúde indígena no Brasil; Movimento de Povos Indígenas da Bahia repudia proposta de privatização da saúde indígena; Nota da Coiab sobre a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena; Nota da Apoinme sobre o INSI;

9- Apesar de não ter merecido nenhuma nota de repúdio por parte do FPCondisi, em 2013, no Brasil, morreram 920 crianças indígenas de 0 a 5 anos. Isso significa que, em média, morreram 03 crianças indígenas por dia no Brasil em 2013. Muitas delas devido ao caos instalado pelo atual modelo de atenção à saúde indígena, o modelo da terceirização.

10- Enquanto a taxa média de mortalidade infantil do Brasil ficou abaixo de 20 crianças mortas por mil nascidas vivas, entre os povos indígenas essa média foi de 50 mortes. Em alguns Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIS) esse índice foi ainda maior. A título de exemplo, podemos citar: no DSEI Yanomami a taxa foi de 172 crianças mortas a cada mil, no DSEI Vale do Javari foi 138, no DseI Xavante foi 108, no DSEI Amapá e Norte do Pará foi de 74,9 e no DSEI Altamira-PA foi de 68,5 crianças mortas a cada mil nascidas vivas.

11- O Cimi responsabiliza a atual gestão da Sesai, o Ministério da Saúde e o governo Dilma por este descalabro inaceitável e revoltante.

12- O Cimi não ocupa, nem pleiteia cargos junto a qualquer instância do governo brasileiro.

13- O Cimi não abrirá mão de seu direito e de sua responsabilidade institucional de informar os povos indígenas e de manifestar suas posições e denúncias acerca de iniciativas do Estado brasileiro que atentam contra a vida dos povos indígenas.

14- O INSI anula elementos centrais da política de atenção à saúde indígena, tais como, a gestão descentralizada e autônoma e o controle social de acordo com os princípios estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde na Constituição Federal.

15- Com o INSI, a única instância de controle social dos povos indígenas que ficaria vinculada a órgão público, no caso à Secretaria Especial de Saúde Indígena, seria exatamente o Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena (FPCondisi). Todas as instâncias locais e regionais (Conselhos Locais de Saúde Indígena e Conselhos Distritais de Saúde Indígena – Condisi) seriam desqualificadas e ficariam sem nenhum instrumento legal para interferir nas ações do INSI, por ser uma empresa paraestatal de direito privado, regida por um contrato de gestão assinado com a União com abrangência nacional.

16- Com o INSI, os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIS) seriam transformados em departamentos de uma empresa paraestatal, e deixariam de ser instâncias autônomas e legítimas de controle social e gestão participativa da Política de Atenção à Saúde Indígena.

17- Isso caracteriza um verdadeiro desmantelamento da estrutura do Estado Brasileiro

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 151 / 2014

Brasília, 28 de agosto de 2014.

relativamente ao direito de atenção à saúde dos povos indígenas, conforme proposto desde 1986 nas cinco Conferências Nacionais de Saúde Indígena protagonizadas de forma exemplar pelos povos indígenas do Brasil.

18- Por isso, o Cimi entende que a proposta do INSI é parte do processo de ataque aos direitos historicamente conquistados pelos povos junto ao Estado brasileiro. Enquanto fortalece as estruturas estatais que respondem às demandas de setores anti-indígenas, o governo busca enfraquecer as estruturas do Estado responsáveis pela implementação de direitos dos povos indígenas.

19- Com o INSI uma das principais distorções do atual modelo de atenção à saúde indígena, a terceirização, seria oficializada e legalizada.

20- O INSI pode ser bom para o Estado brasileiro e governos, mas não é para o projeto de vida dos povos indígenas de nosso país, que veem suas crianças morrerem cotidianamente apesar do orçamento destinado ao setor ter triplicado nos últimos anos e ter sido superior a um bilhão de reais em 2013.

21- Neste sentido, é perfeitamente compreensível e justificável as manifestações dos povos indígenas que questionam a atual gestão da saúde indígena no Brasil assim como o fez recentemente a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, Amazonas: Foirn denuncia descaso e questiona "onde vai parar o dinheiro da Saúde Indígena?";

O Cimi reitera seu compromisso com os projetos de vida e o respeito ao protagonismo dos povos indígenas do Brasil e continuará atuando, dentro de suas limitações, em defesa dos mesmos.

Brasília, DF, 27 de agosto de 2014.

Conselho Indigenista Missionário - Cimi



Manifesto Moratória São Francisco Vivo! Meu Rio de São Francisco: quanta turvação!
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.08.2014

A Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco passa por um momento extremamente grave – a pior seca em 100 anos. E a falta de chuvas não é a única culpada, como querem fazer crer os governantes. A crise hídrica se deve também e principalmente aos múltiplos, crescentes e conflitantes usos de suas águas, matas, solos e subsolos, decorrentes do modelo econômico predatório; agravou-se de tal forma que os danos e riscos aumentam e assustam. A seca deixa este quadro ainda mais evidente. Esta situação, apesar do espanto e comoção, há algum tempo vem sendo denunciada pelas organizações populares e pesquisadores comprometidos com a luta socioambiental e a defesa da vida.

As intervenções degradantes na Bacia ao longo dos anos acumularam problemas que hoje “deságuam”, visíveis, no leito do Rio São Francisco. E mesmo assim não vemos os governantes movimentarem-se para enfrentar este desafio. Pelo contrário, anunciam como “crescimento” – nem é mais desenvolvimento – “benéfico” para todos, outros abusivos projetos econômicos, tais como as novas irrigações, transposições hídricas, minerações, minerodutos, monoculturas, agrocombustíveis, parques eólicos, ferrovias, hidrovias etc.

As águas minguadas do São Francisco podem ser notadas ao longo de todo o curso do rio e em afluentes grandes e pequenos, em muitos lugares já como calamidade. As reportagens mostradas pelos meios de comunicação e as imagens postadas nas redes sociais não deixam dúvidas: o Velho Chico apressa-se à morte!

Ribeirinhos, pescadores, vazanteiros e moradores das cidades dizem que nunca presenciaram o Rio com tão baixo volume. Isto também pode ser verificado nos dados do ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico. A barragem de Três Marias estava com 7,88% da sua capacidade de armazenamento no dia 24 de agosto deste ano. Municípios como Pirapora e Jaíba estão com problemas de abastecimento humano, pescadores não encontram mais os cardumes, balsas param sem poder transportar carro e gente, ou têm que dar longas voltas nas “croas”, como são chamados os acúmulos de areia no leito do rio, e em vários locais as pessoas já cortam o São Francisco a pé. A baixa vazão favorece a formação de cianobactérias (algas azuis), como já acontece no Rio das Velhas e nos próximos meses de seca aumentará a proliferação. Situações semelhantes ocorrem nas demais regiões, ao longo dos 2.830 km do rio, piorando a qualidade da água quanto mais se aproxima da foz, somando-se às baixas vazões e ao assoreamento as poluições doméstica, agrícola e industrial, num quadro angustiante.

O que fazer? Esperar chover? Ações emergenciais quando as algas azuis se espalharem por todo o Rio? Carros-pipa para abastecer povoados e cidades ribeirinhas? Cestas básicas para paliar a fome do povo quando as lagoas não mais reproduzirem os peixes? Mais obras inacabadas e superfaturadas de saneamento? A transposição do Rio Tocantins, para tapear as percepções do problema e potencializar mais usos degradantes das águas, matas e solos e exploração da população?

CONT.



As seguidas reduções das vazões dos reservatórios determinadas pela ANA – Agência Nacional de Águas não podem ser as únicas medidas possíveis. A CHESF já conseguiu prorrogar a diminuição da vazão da Barragem de Sobradinho, “coração artificial” do São Francisco, em 1.100 m³/s, o que significa que na foz deve estar bem abaixo dos 1.300 m³/s, vazão ecológica mínima fixada por lei. Além de terem um limite intransponível (qual é este limite?), as reduções priorizam o negócio da energia hidrelétrica e não os demais usos. Enquanto isso, o Programa de Revitalização, apresentado como contrapartida governamental para a Transposição, a quantas anda? Quem dá notícia?

Os órgãos do Governo, em todos os níveis, irão mobilizar, como sempre, recursos para ações paliativas, ainda mais em época eleitoral...Ao mesmo tempo o setor privado, empresas mineradoras, siderúrgicas, metalúrgicas, energéticas, indústrias alimentícias e do agronegócio (este é responsável por quase 70% dos usos consuntivos das águas) continuarão a receber e usar suas outorgas sem restrição e efetivo controle do Estado. Órgãos e empresas do Governo responsáveis por promover o “desenvolvimento” – Ministério do Interior, CODEVASF, CHESF, DNOCS etc. – continuarão implantando a “política dos grandes projetos” – Jeiquitaí, Jaíba, Congonhas, Salitre, transposição para o Nordeste Setentrional e outros – a beneficiar grandes empresas e expulsar camponeses e povos e comunidades tradicionais. Estes convivem há séculos com os limites e potenciais do Velho Rio da Unidade Nacional e, assim, sinalizam critérios fundamentais para que o desenvolvimento seja abrangente, integral, multidimensional e sustentável de verdade.

O baixo volume de água do São Francisco não se deve exclusivamente à falta de chuvas, mas está diretamente relacionado ao uso degradante das águas superficiais e subterrâneas e do espaço geográfico da Bacia. As águas que também deveriam correr nas veredas, encher lagoas marginais e molhar vazantes estão alimentando monocultivos de eucalipto, soja, cana de açúcar, sugadas por moto-bombas, poços tubulares e pivôs centrais, entre outros. São consumidas e contaminadas pelas mineradoras e siderúrgicas. Servem aos interesses lucrativos de empresas de energia.

Os camponeses, povos e comunidades tradicionais e organizações populares lutam pra fazer a sua parte. Tal é o caso das revitalizações dos afluentes e subafluentes Rios dos Cochos, Peruaçu, Serra Branca, Verde, Mocambo, entre outros – alguns apoiados pelo Comitê da Bacia com recursos de cobrança de outorgas de água –, do Projeto de Assentamento Extrativista em Serra do Ramalho, de quilombos, terras indígenas e assentamentos de reforma agrária ao longo dos rios e em territórios da Bacia e tantas outras experiências importantes.

Neste momento de gravidade e caos eminentes, exigimos que as instituições dos Governos Federal e Estaduais da Bacia e o Comitê da Bacia declarem MORATÓRIA PARA O RIO SÃO FRANCISCO: suspensão de novos licenciamentos e outorgas de água para grandes e médios projetos e revisão dos já concedidos na Bacia do Rio São Francisco. Propomos que, além de retomar e ampliar o relegado Programa de Revitalização, realizem em caráter de urgência uma avaliação hidro-ambiental integrada de toda a Bacia, por pesquisadores das Universidades Públicas e técnicos do Estado, e a partir destes dados e informações se definam novos e mais restritivos parâmetros de uso das águas, matas e solos da Bacia:

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 151 / 2014

Brasília, 28 de agosto de 2014.

1º) em caráter de emergência, para as águas acumuladas nas barragens, para amenizar a situação atual;

2º) em caráter permanente, para garantir condição de vida para o Rio e o Povo do Rio e evitar a sua extinção.

Conclamamos a população da Bacia do São Francisco, o povo brasileiro em geral e seus representantes a lutar por esta Moratória, a exigir seu imediato cumprimento, antes que seja tarde!

São Francisco Vivo, Terra Água Rio e Povo!

Articulação Popular São Francisco Vivo.

Bacia do Rio São Francisco, 27 de agosto de 2014.



Povos Quilombolas do Maranhão protestam na Estrada de Ferro Carajás
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.08.2014

Justiça nos Trilhos

Moradores da comunidade quilombola Jaibara dos Nogueiras, município de Itapecuru-Mirim ocupam a ferrovia Carajás em protesto pelo atropelamento do lavrador Raimundo Gama da Silva, de 55 anos. Os moradores querem que a empresa Vale apresente uma solução de travessia segura. Com este morador já são seis pessoas que perderam a vida na ferrovia.

Funcionários da empresa que faz a segurança da ferrovia passaram no local, mas não conversaram com os moradores. O prefeito do município também esteve lá tentando convencer os moradores a desocuparem a ferrovia. À tarde, um oficial de justiça acompanhado de seis policiais esteve no local com mandado de reintegração de posse. Os moradores não acataram.

Segundo nos foi relatado pela irmã Eulália Lima, missionária Cabriniana, que acompanha a comunidade, não há como passar nenhum trem, pois os trilhos foram serrados e as vicinais estão fechadas.

CONFLITO COM AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NÃO É RECENTE

Em 2011, o Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública em desfavor da Vale requerendo a suspensão do projeto de duplicação até que as comunidades quilombolas fossem ouvidas quanto aos impactos culturais e materiais do projeto.

Um ano depois, as comunidades fizeram um acordo com a Vale em que constava uma série de obrigações por parte da empresa e diversos atores. Entre as obrigações estava a construção de viadutos. Um dos viadutos deveria ser construído na comunidade Jaibara dos Noqueiras. Com prazo de entrega para fevereiro de 2015.

Até o momento a única coisa que fizeram foi a terraplenagem, as obras estão paradas. Os moradores atribuem à falta de travessia o atropelamento do morador. Não há sequer uma cancela que possa impedir a passagem dos moradores quando o trem está vindo.

Segundo informações, representantes da empresa ficaram de ir amanhã à comunidade.

Esse é quarto protesto registrado desde a última quinta-feira (21), na Estrada de Ferro Carajás, todos tem como principal reivindicação a falta de segurança na ferrovia.



Comunidades denunciam ameaças e ações violentas por parte de fazendeiros e madeireiros na região do Tapajós, no Pará

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.08.2014

Descumprimento da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT foi duramente criticado por representante dos Munduruku e da comunidade quilombola do Maicá, localizada em Santarém, que podem ser afetados por grandes obras portuárias e hidrelétricas.

Terra de Direitos

As denúncias de violência sofrida por lideranças comunitárias, ameaçadas por fazendeiros e madeireiros, foram a tônica do primeiro dia da Audiência Pública sobre a regularização fundiária e ambiental no Oeste do Pará, realizada nos dias 26 e 27 de agosto, em Santarém. Este é um dos principais problemas enfrentados pelas comunidades rurais, agravado pela insegurança do território, já que a regularização fundiária está estagnada na região.

O cacique Dadá Borari, representante do povo da Terra Indígena (TI) Maró, denunciou o intenso avanço da monocultura de soja às margens das terras. Além disso, alertou para a liberação de projeto de manejo de empresas dentro da área, com base no Cadastro Ambiental Rural – CAR, concedido pela Secretaria Estadual de Meio ambiente – SEMA, órgão que não compareceu à Audiência.

Por conta do enfrentamento feito pelo povo indígena à exploração ilegal de madeira, Dadá Borari passou a ser ameaçado de morte e atualmente recebe escolta policial – política prevista no Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH). Apesar da regularidade na proteção policial, Dadá aponta falhas na segurança por não considerar a proteção da família.

A ampla participação de representantes de órgãos responsáveis pela regularização fundiária e ambiental possibilitou que as comunidades reclamassem diretamente da inoperância e a lentidão dos governos federal e estadual. A espera pela titulação de territórios tradicionais quilombolas, por exemplo, chega a durar uma década.

Ione Nakamura, promotora de justiça agrária do Ministério Público Estadual do Pará, afirma que a apresentação das denúncias e demandas das diversas comunidades servirá para a elaboração de um levantamento das prioridades e definição da melhor estratégia do órgão, para atuação em parceria com o Ministério Público Federal e órgãos fundiários.

Para a promotora, a Audiência Pública atende o objetivo de divulgar as demandas da região. “Nós tivemos a oportunidade de ouvir várias lideranças aqui da região, relatando problemas de projetos de assentamento interditados, conflitos com madeiras, com a mineração, com o processo do agronegócio da soja na região, com os grandes projetos, como hidrelétricas, portos, projetos do governo federal aqui na região”.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 151 / 2014

Brasília, 28 de agosto de 2014.

A Audiência é promovida pelo Ministério Público Estadual, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR de Santarém, Terra de Direitos e FASE.

Consulta prévia

O descumprimento da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT foi duramente criticado por representante dos Mundurucu e da comunidade quilombola do Maicá, localizada em Santarém, que podem ser afetados por grandes obras portuárias e hidrelétricas. A Convenção obriga que os governos estadual e federal realizem consultas prévias e leve em consideração a opinião dos povos afetados.

Quadro de violência no campo

De acordo com o Relatório de Conflitos no Campo da Comissão Pastoral da Terra – CPT de 2013, o Pará é vice-líder do ranking de assassinatos em situações de conflitos no campo em 2013, com seis mortes, ficando atrás apenas de Rondônia, com oito assassinatos no mesmo período; 46 defensores de direitos humanos e lideranças comunitárias vivem sob ameaça no estado.



Boletim de Notícias - Edição nº 151 / 2014

Brasília, 28 de agosto de 2014.

Ministério da Justiça prorroga permanência da Força Nacional em Belo Monte
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.08.2014

Da Agência Brasil

O Ministério da Justiça prorrogou o prazo de permanência da Força Nacional de Segurança Pública, na região de Belo Monte, no Pará, por mais seis meses. A decisão foi publicada ontem (26) no Diário Oficial da União.

Segundo cita a Portaria nº 1.406, a permanência tem o objetivo de "garantir a incolumidade das pessoas, do patrimônio e a manutenção da ordem pública nos locais em que se desenvolvem as obras, demarcações e serviços na região da Usina Hidrelétrica de Belo Monte".

A determinação ocorreu a partir de uma manifestação expressa do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. O prazo teve início ontem, data da publicação, e poderá ser prorrogada, se necessária.

Edição: Fábio Massalli.



BA – Comunidades de Casa Nova se organizam para defender áreas de fundo de pasto
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.08.2014

CPT Juazeiro

As comunidades de fundo de pasto têm um prazo curto, até o final de 2018, para informar ao governo que vivem desta forma tradicional. Isso é o que estabelece a nova lei estadual de regularização fundiária 12.910 de 2013. Em Casa Nova, as famílias camponesas de fundo de pasto estão em processo de organização para defender suas terras frente à nova regulamentação.

Nesse sentido, no último dia 21, moradores de comunidades como Algodão de Cima se reuniram para debater os procedimentos para que a área de fundo de pasto da comunidade seja garantida. Além de discutirem os procedimentos legais para a autodefinição da comunidade, os/as presentes falaram também de problemas relacionados a mineradoras.

Participantes das reuniões relataram que em comunidades vizinhas há funcionários de empresas de mineração colocando variantes nas áreas das famílias sem pedir autorização. Por ameaças como estas, o processo de organização comunitária se torna cada vez mais importante.

Para o camponês José Souza, as reuniões têm sido importante para formação. "Através de uma reunião como essa é que a gente vai tendo cada vez mais esclarecimentos", avaliou.

No dia 26, aconteceu em Casa Nova uma reunião da União das Associações de Fundo de Pasto. O momento serviu para levar informações às comunidades e tirar algumas dúvidas com a assessoria jurídica de organizações populares pró campesinato.



BA – Comunidade tradicional é atingida por impactos dos parques eólicos
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.08.2014

Comunidade quilombola Malhada (BA) é uma das que resistem à implantação de parque eólico em seu território

Iasmin Santana e Allan Lustosa*, ASA

O vento é a fonte de energia que mais cresce no Brasil. Entre 2006 e 2013, houve um crescimento de 829% desse setor. Hoje, já são 167 parques eólicos em todo o país, mas 36 deles estão desconectados da rede por falta de linhas de transmissão. Um parque eólico é um espaço, terrestre ou marítimo, onde estão concentrados vários aerogeradores destinados a transformar energia eólica em energia elétrica.

“Do ponto de vista físico, não existe energia limpa. Ou seja, não existe uma fonte energética convertida em outra fonte que não emita gases, resíduos e que não impacte socialmente. Podemos classificar as fontes como ‘sujas’, no caso dos combustíveis fósseis, gás natural, carvão mineral e derivados de petróleo e minérios radioativos, e as fontes ‘menos sujas’, que são as energias renováveis solar, eólica, biomassa e hidráulica”, diz o especialista Heitor Scalabrini.

O Nordeste é uma das regiões de maior potencial eólico do Brasil, com destaque para a Bahia, que abriga o maior complexo eólico da América Latina, localizado no município de Caetité, no sertão do estado. Segundo informações do Atlas Eólico da Bahia de 2013, o estado apresenta a existência de recursos eólicos abundantes, com ventos regulares, distribuídos principalmente no Semiárido baiano.

Atualmente, existem oito usinas eólicas em operação nos municípios de Brotas de Macaúbas, Sento Sé e Sobradinho. Além disso, de acordo com o Atlas, a Bahia tem 87 projetos de energia eólica previstos para instalação que somam, aproximadamente, R\$ 8,5 bilhões.

O crescimento dessa fonte de energia, no entanto, merece atenção, pois os parques eólicos têm causado grandes impactos sociais e ambientais. Em Caetité, um dos focos do problema é o modo como os parques vêm sendo implantados, aliado à falta de informação. Essa realidade é vivenciada por 67 famílias da comunidade quilombola de Malhada, pertencente ao Distrito de Maniaçu. Os moradores não se opõem ao trabalho das empresas, mas querem seu território livre para decidir o que fazer com ele. “Nós aqui não é contra a empresa, nós queremos a nossa terra. Se nós não tiver a nossa terra, pra onde é que nós vamos?”, desabafa dona Odetina de Jesus, uma das moradoras mais antigas da comunidade.

A comunidade foi reconhecida como quilombola em 2012, com o apoio do sindicato, pastorais da igreja católica e movimentos sociais. A certificação possibilita que a comunidade seja

CONT.



defendida juridicamente pela Fundação Cultural Palmares e beneficiada com políticas públicas federais. A luta agora é pela demarcação e titulação das terras pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Seu Joaquim da Silva, presidente da Associação do Pequeno Agricultor da Comunidade de Quilombo de Malhada e de Maniaçu, relembra que foi procurado por representantes de empresas para que ele autorizasse a implantação da torre eólica, mas apesar de ser presidente da associação, ele afirmou que só poderia “fazer as coisas juntamente com a comunidade”.

Mesmo sem autorização dos moradores de Malhada, há mais ou menos dois anos, foi implantada uma torre de pesquisa em uma área da comunidade e também colocada uma cancela com uma placa que informa ser proibida a circulação de pessoas. Essa área tem um significado histórico, pois era onde os antepassados deles trabalharam. Na época, a comunidade reuniu os moradores e representantes de algumas organizações da sociedade civil para saber da empresa o motivo da implantação, mas o diálogo não avançou. A partir do momento que o território deixa de ser deles e passa a ser da Companhia, como será para as futuras gerações? Essa é uma preocupação de dona Teresinha da Silva que questiona: “Essa nova geração pra onde vai?”

Para Thomas Bauer, da Comissão Pastoral da Terra na Bahia (CPT-BA), os parques eólicos que ocupam imensas extensões territoriais causam grandes impactos socioambientais para as populações locais, na sua maioria comunidades tradicionais.

“Além da volta da grilagem de terra, os contratos de arrendamento assinados são sigilosos, abusivos e totalmente favoráveis às empresas que na sua grande maioria nem sequer explicam o teor destes contratos e os camponeses/as são pressionados a assinar entre a casa e a porteira da roça, comprometendo toda a geração futura”, afirma Thomas.

A expulsão de comunidades de suas terras é um dos impactos na energia eólica, mas há outros. Segundo a Pesquisa sobre Licenciamento Ambiental de Parques Eólicos do Ministério do Meio Ambiente, realizada em 2009, os principais impactos apontados pelos estados são os relacionados ao efeito do parque eólico na paisagem, alteração de uso do solo e relevo, aumento da mortandade de pássaros que se chocam nas hélices, interferências eletromagnéticas e impactos sonoros, que podem causar sérios danos à saúde humana.

“Sem falar que os Parques Eólicos, em grande parte financiados com investimentos públicos e entregues à mão privada, reforçam um modelo desenvolvimentista, aumentando a concentração gerando lucro para poucos”, explica Thomas.

Fórum Social Temático

A energia eólica foi um dos temas debatidos no Fórum Social Temático sobre Energia (FTS – Energia), realizado de 7 a 10 de agosto, em Brasília-DF, com o tema: “Energia: para quê? Para quem? Como?”. O evento foi realizado para atender à necessidade de reflexão sobre os problemas que vêm sendo criados pelas matrizes energéticas utilizadas (hidroelétricas,

CONT.



termoelétricas, energia nuclear, combustíveis fósseis), como também para debater maneiras alternativas de produção de energia, de forma a diversificar as matrizes geradoras de energia e garantir menos impactos ao meio ambiente e aos grupos sociais.

Para Cláudio Dourado, agente da CPT BA – Centro Norte, a temática sobre energia eólica foi uma das mais interessantes do evento, porque tinha uma grande representação de movimentos sociais, moradores de comunidades de fundo de pasto, quilombolas e indígenas dos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, que se reuniram durante todo o fórum e trocaram experiências no que diz respeito à questão do impacto dos aerogeradores nas suas regiões.

Ele destaca também que os encaminhamentos desse grupo de trabalho foram bastante concretos, como a formação de uma comissão, com representantes de cada estado, para pensar estratégias de enfrentamento desses impactos ocasionados pela implantação dos parques eólicos e a realização de encontros regionais para debater esse assunto.

O FST-Energia é uma iniciativa de organizações da sociedade civil brasileira vinculadas ao tema, organizadas em um Coletivo de Facilitação e autônomas em relação a governos, partidos e empresas.

Durante o FST-Energia foi lançada a Campanha Nacional por uma Nova Política Energética com o slogan ENERGIA para a Vida!. O objetivo da campanha é promover uma nova política para o setor elétrico no Brasil à altura dos desafios do século 21, baseada em princípios de eficiência econômica, justiça social, respeito à diversidade cultural, participação democrática e sustentabilidade ambiental.

*Iasmin Santana e Allan Lustosa, comunicadores populares da ASA / Colaborou Gleiceani Nogueira, da ASACom.



Nota da Apoinme sobre o novo modelo de execução da saúde indígena

SÍTIO CIMI, 28.08.2014

A Articulação dos Povos e Organizações indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) vêm a público manifestar a sua preocupação quanto a criação de um novo modelo de execução da saúde indígena.

No início do mês de agosto foi lançado em Brasília uma nova forma de execução de saúde indígena – INSI. Estavam presentes lideranças indígenas de todo Brasil, entre elas representantes da APIB/APOINME e CONDISI, na qual se posicionaram para uma ampla discussão nas aldeias, ouvindo todos os segmentos. Acreditamos que para uma melhor saúde indígena no País é preciso que se debata e se escute todos os envolvidos. Não podemos perder de vista o coletivo que sempre permeia as nossas ações. Diante disso nos preocupamos com a finalidade do DSEI, controle social e a participação de nossas lideranças na condução do Instituto, visto que, pela proposta ele se equipara a um aparelho privado.

Ocorre que, no ano de 2013 foram realizadas diversas conferências, as etapas locais, distritais e posteriormente a etapa nacional, onde foram discutidos pontos cruciais para a melhora da saúde indígena de todas as regiões do país, debatendo de forma exaustiva demandas vindas da base, das aldeias, demandas essas propostas por nossos líderes, jovens, mulheres, pajés e caciques, em nenhum momento se discutiu uma nova forma de execução da saúde indígena. Nos causa estranheza agora nesse momento se propor essa nova estrutura, também ficamos angustiados em ver que a pressa em se aprovar isso por meio dos CONDISI, sem uma discussão ampla nas aldeias.

Reafirmamos aqui nosso compromisso com o movimento indígena, no sentido de contribuir por uma saúde indígena de qualidade, visando o melhor para todos os povos indígenas, lutando pela garantia de nossos direitos, visando a qualidade do bem viver.



Nota de repúdio da Arpinsul a criação do INSI e apoio ao posicionamento da Apib
SÍTIO CIMI, 28.08.2014

A Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul vem por meio desta tornar público nosso posicionamento crítico e repúdio a mais uma violação dos direitos indígenas em relação à criação do denominado "Instituto Nacional de Saúde Indígena – INSI", com intuito estratégico de privatizar, atender os interesses de poucos indivíduos envolvidos, sobretudo enfraquecer as organizações indígenas, desarticular movimento de base e desrespeito às populações usuárias do sistema de saúde que não foram consultadas e informadas previamente.

Isso é mais uma atitude que muito nos decepciona por parte de nossos representantes na tentativa de nos convencer que esta ação será boa e ideal para os Povos Indígenas, sem consulta e consentimento da base, sendo que alguns de nossos próprios parentes envolvidos neste processo, conscientes desses direitos, não tem observado e defendido as vontades e interesses coletivos, isto é, defendido apenas os interesses do governo e particulares de alguns indígenas.

Entendemos que a decisão restrita de criação deste Instituto é uma afronta as nossas lideranças de base e do movimento indígena nacional, por isso, apoiamos o posicionamento da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) a esta questão e declaramos também totalmente contrários a esta pressão estratégica e pedimos a paralisação imediata deste processo até que sejamos todos informados e esclarecidos para decidirmos de forma conjunta sobre este assunto.

Arpinsul, 28 de agosto de 2014



Guatemala: Indígenas e camponeses lutam contra implantação de hidrelétrica
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.08.2014

Natasha Pitts – Adital

Medo e repressão têm sido uma constante na vida do povo maya Q'eqchi', que reside na microrregião de Balbatzul, município de Cobán, Alta Verapaz (Guatemala). Isso porque, desde 2009, a empresa Hidro Santa Rita, com apoio do governo departamental, do prefeito municipal e de empresários, pretende instalar uma hidrelétrica sobre o rio Dolores, único recurso hídrico que abastece mais de 30 comunidades. Se por um lado as ações da empresa avançam, por outro as comunidades afetadas também estão agindo e buscando na justiça o direito a defenderem sua terra. A resposta tem sido a escalada da criminalização.

No último dia 14 de agosto, a comunidade 09 de Fevereiro sofreu uma tentativa de desalojamento. Antes de chegar à comunidade, a Polícia Nacional Civil (PNC) se deparou, na rodovia, com uma manifestação organizada pela Comunidade Monte Olivo, que também se opõe à construção da hidrelétrica Santa Rita. Mesmo sendo uma ação pacífica, a PNC prendeu cinco manifestantes.

Na madrugada do dia seguinte, 15 de agosto, a Polícia chegou à comunidade 09 de Fevereiro, mas a população já havia deixado o local. As casas foram demolidas e o que restou delas foi queimada. Desde junho deste ano, a quantidade de famílias que moram na comunidade já vinha diminuindo em virtude do constante assédio de empresários ligados à hidrelétrica e de grupos armados ilegais. No mesmo dia, no município de Raxruha, aconteceu a prisão dos líderes do Comitê de Desenvolvimento Camponês e a ocupação policial da comunidade Monte Olivo.

No dia 16 de agosto, uma comissão formada por integrações de organizações e movimentos indígenas e de camponeses foi a Monte Olivo e conseguiu a saída da polícia. As famílias retornaram das montanhas para suas casas na comunidade.

Em maio deste ano, uma ação de desalojamento em Monte Olivo foi também frustrada. O objetivo principal era conseguir entrar com maquinário na propriedade Xalahá Canguinic, onde será construída a hidrelétrica Santa Rita, e capturar as lideranças locais, que, desde 2008, manifestam repúdio ao projeto hidrelétrico.

Poucos dias após a série de desalojamentos, manifestações e ocupações policiais, como uma tentativa de mascarar as ações violentas em favor da construção da hidrelétrica, o ministro de Governo, Mauricio López Bonilla, fez declarações à imprensa afirmando que a atuação da Polícia e do Exército será mantida em Alta Verapaz a fim de se combater o narcotráfico.

Representantes de organizações indígenas e camponesas de Alta Verapaz participaram do 'IV Congresso de Povos, Comunidades e Organizações' e encontraram no evento uma

CONT.



oportunidade para denunciar a situação. Lideranças do povo Q'eqchi' revelaram que a repressão policial deixou como saldo três execuções extrajudiciais, 47 presos, 47 pessoas feridas, além de centenas de famílias camponesas e indígenas deslocadas e refugiadas nas montanhas. Segundo eles, hoje está se enfrentando as mesmas políticas repressivas vividas durante guerra civil, como as detenções ilegais, invasão de moradias e uso excessivo da força.

As populações afetadas pedem que a Procuradoria de Direitos Humanos (PDH) cumpra seu papel nos que diz respeito aos casos que envolvem violações aos direitos humanos. Também solicitam ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos na Guatemala que investigue as ações repressivas e de militarização que estão acontecendo em Alta Verapaz.



Guardiões de sementes, um resgate do direito à soberania alimentar

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.08.2014

Em São Paulo, comunidades tradicionais chegam a trocar até 80 tipos de sementes crioulas nas feiras que acontecem anualmente no local associadas a saberes que só existem em sua cultura e na relação com a floresta tropical

Por Heloisa Bio,
Especial para o Brasil de Fato

A liberdade de produzir sementes garante a autonomia dos agricultores. As variedades ainda mantidas e multiplicadas em regiões como o Vale do Ribeira, em São Paulo, surgem como recuperadoras da diversidade agrícola e, principalmente, da produção de alimentos saudáveis e adequados do ponto de vista ambiental e social. Ali, comunidades tradicionais chegam a trocar até 80 tipos de sementes crioulas nas feiras que acontecem anualmente no local, associadas a saberes que só existem em sua cultura e na relação com a floresta tropical.

Esses agricultores familiares fazem parte das comunidades quilombolas descendentes de africanos escravizados, que no Vale do Ribeira somam a maior parte das comunidades quilombolas do Brasil, com 66 quilombos identificados (mas somente seis com títulos de terra). Trata-se de um dos mais valiosos corredores socioambientais do país, em meio a maior área remanescente de Mata Atlântica (2,8 milhões de hectares), cujo contato direto com a natureza provê os meios para sua subsistência e reprodução cultural.

Pode-se dizer que as roças quilombolas extrapolam a agricultura tradicional, conforme expressam uma riqueza de conhecimentos e práticas a elas associadas, incluindo o envolvimento de homens, mulheres e crianças na atividade. Usam o sistema de corte e queima, conhecido como coivara, em que trabalham o rodízio de áreas de plantio, deixando-as em pousio (descanso ou repouso dado às terras cultiváveis) por anos até voltarem a ser produtivas.

"Há mais de 300 anos já fazíamos a preservação ambiental, nunca plantamos em topos de morro ou próximo aos mananciais, pois lá, roça não vai e não queremos ficar sem água. Após a queima, logo vê a volta das minhocas nas cinzas e das pacas e catetos", conta Benedita Dias da Costa, do Quilombo Maria Rosa, com 20 famílias, sobre como as roças tradicionais têm garantido a diversidade no Vale do Ribeira, compreendendo altas taxas de regeneração da mata nativa.

Muitos elementos da cultura que só existem ali, a exemplo das variedades crioulas (sementes adaptadas ao ambiente local) e das práticas de troca, perderam-se com a maior proximidade urbana e, principalmente, com as restrições impostas pela legislação ambiental, que a partir de 2000 passou a exigir o licenciamento das roças tradicionais (conforme Resolução da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de SP, de 2013).

CONT.



Nesse contexto, a VII Feira de Troca de Sementes e Mudas Tradicionais das Comunidades Quilombolas, que aconteceu entre os dias 22 e 23 de agosto, com realização pelo Instituto Socioambiental (ISA), surge como um importante esforço para resgatar o conhecimento e a criatividade dos agricultores nas adaptações ao diversificado ambiente do Vale do Ribeira.

No Vale, há mais de 30 variedades de batata-doce, catalogadas recentemente pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), de Registro (SP). As diferentes etapas da roça tradicional, as formas de reprodução e a manutenção das sementes pelas comunidades vêm impedindo que a rica diversidade local se perca.

Nesse sentido, as sementes são um ponto chave para a discussão da preservação socioambiental, onde o objetivo é o potencial de se produzir e preservar diversidade para as gerações futuras e não o debate sobre capacidade de volume de produção. A relação entre as sementes crioulas e a forma de plantio tradicional é direta, pois as variedades devem ser plantadas o ano todo pelas comunidades para se manterem.

“O ideal seria criar uma rede de guardiões de sementes, cujos conhecimentos expressam um histórico genético de séculos de adaptação à natureza local. Ao contrário, hoje somos reféns das grandes corporações do agronegócio, cujas sementes híbridas são cada vez menos adaptadas e empobrecidas”, afirmou Lauro Komuro, pesquisador do Centro Paula Souza, presente no seminário que aconteceu durante a VII Feira.

A promotora de Justiça do Distrito Federal e uma das fundadoras do ISA, Juliana Santilli, destacou que o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional considera alimentação não só o atendimento das necessidades biológicas, mas a sustentabilidade socioambiental na produção, e a valorização das culturas alimentares locais. “O Brasil possui até 55 mil espécies de plantas da agrobiodiversidade, enquanto isso os produtos processados dos supermercados são quase totalmente baseados em quatro espécies de grãos”, destacou Juliana.

De fato, a relação entre agrobiodiversidade (expressão para a biodiversidade agrícola) e saberes locais é determinante para a adaptação das variedades de plantas. As experiências como o consórcio de espécies, os melhores dias para o plantio ou os segredos sobre como guardar sementes, garantiram a manutenção de cultivos tão variados no Vale do Ribeira, que segundo o coordenador geral da Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica, Pedro Jovchelevich, “muitas não devem ser conhecidas fora da região”.

As bananeiras dão as tradicionais banana ouro e prata, mas também a banana pacová, vinagre, preta e zinga, enquanto os nomes das variedades expostas na VII Feira revelam o quanto são pouco comuns: feijão bico de ouro, milho palha dura, mandioca manteiga, chuchu fofo, arroz vira lombo, mangarito ou cará mandioca.

“Planto todo ano e hoje estou com 73 anos, então acabo conhecendo a ‘mania’ de cada tipo, o ‘arroz três meses’ se plantar em agosto leva cinco meses para colher, mas se plantar em novembro leva três. E não tem como saber o tipo de arroz olhando só a semente, é preciso plantar e ver se nasce tudo com o mesmo verde”, revela o agricultor Hermes, do quilombo Morro Seco.

CONT.



Outras experiências de preservação de sementes foram trazidas ao encontro, como a da Rede de Sementes do Xingu, criada há sete anos para atender a necessidade de restauração de áreas no Mato Grosso e, hoje, um caso de sucesso na manutenção de espécies florestais. Quando surgiu, contava com dez coletores de sementes que, aos poucos transmitiram conhecimentos aos novos interessados. Atualmente são 350 coletores (indígenas, da agricultura familiar e coletores urbanos).

Em sete anos, o projeto possibilitou uma renda de R\$ 1,2 milhão para as famílias envolvidas com a venda das sementes florestais para recuperação de Áreas de Preservação Permanente, Reservas Legais e áreas de compensação ambiental, além do impacto político, de fortalecimento dos grupos locais numa região de graves conflitos sociais.

Já a fundação francesa Kokopelli, que resgata e reproduz sementes orgânicas no mundo, conseguiu catalogar em 20 anos de atividade cerca de 2,5 mil espécies da agrobiodiversidade, mostrando a possibilidade de criar adaptações de variedades em diferentes ecossistemas.

“Trabalhamos as variedades da chamada ‘polinização aberta’, que se desenvolvem com base nas condições locais, tornando-se cada vez mais diversificadas. Já as monoculturas buscam proteger uma única espécie agrícola e, com isso, eliminam a cadeia alimentar que a sustenta, microrganismos, insetos e outras plantas”, finaliza Clayton França, representante da Associação Kokopelli Brasil.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.



O vale tudo da política ruralista

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.08.2014

Uma ligação interceptada pela Polícia Federal, durante as investigações sobre uma organização criminosa especializada na grilagem de terras no Mato Grosso, identificou a interferência indevida de ruralistas na tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que transfere para o Congresso Nacional o direito exclusivo de demarcar terras indígenas, bem como ratificar as terras já homologadas. Sua aprovação acarretaria na não demarcação de novas terras, já que isso dependeria de votação do Congresso, que é altamente influenciado pela bancada ruralista

Greenpeace Brasil

Na gravação, o líder da Associação de Produtores Rurais de Suiá-Missú (Aprossum), que fica no Mato Grosso, o ruralista Sebastião Ferreira Prado, pede contribuição para uma "vaquinha" de R\$ 30 mil, que seria usada para pagar um advogado ligado a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que estava a frente da redação do relatório da PEC 215, na Comissão Especial que aprecia a matéria na Câmara dos Deputados, com a intenção de incluir pontos de "interesse" do grupo.

"O cara que é relator da PEC, o deputado federal, quem está fazendo para ele a relatoria é o Rudy, que é companheiro nosso, advogado da CNA. E nós temos que pagar uma assessoria para ele, para colocar as coisas de interesse nosso, e esse 'trem' custa R\$ 30 (mil) conto. Precisamos arrumar R\$ 20 (mil) conto até amanhã", revela o trecho interceptado pela PF, apenas um dia antes de Sebastião Prado ter sua prisão preventiva decretada, do dia 7 deste mês.

Em seu pedido de prisão preventiva, o procurador da república Wilson Rocha Assis justifica a detenção de Prado pelo fato de o acusado estar "subvertendo a lógica democrática do processo legislativo", ao propor o pagamento pela relatoria.

Segundo o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, quando uma PEC é proposta na casa é preciso criar uma Comissão Especial, que deve analisar e discutir seu conteúdo antes de emitir um parecer sobre sua viabilidade. Neste caso, o relator escolhido para analisar o projeto foi o deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR). O problema, segundo decisão do juiz federal Paulo Cezar Sodré, foi que este trabalho foi terceirizado para um advogado externo a comissão, que faria o serviço mediante pagamento. Além disso o advogado está ligado à Confederação Nacional da Agricultura, a quem a PEC seria extremamente vantajosa.

Outro ponto destacado pelo juiz é o fato de que Sebastião seria diretamente beneficiado com a aprovação da PEC, já que isso lhe permitiria pedir a revisão da demarcação das terras Marãiwatsédé, local em que a Aprossum atua para impedir a reintegração de posse ao povo

CONT.



Xavante, promovendo atividades criminosas, como a depredação de bens públicos federais, cárcere privado de servidores públicos e ex-posseiros, obstrução de estradas, ameaças, furtos de bens da União e incêndios criminosos.

“O caso trazido a público pelo MPF/MT e pela PF traz luz sobre o tipo de política defendida pelos ruralistas e sobre sua maneira de agir para garantir que seus interesses sejam atendidos. Para privilegiar seus interesses vale tudo, desde passar por cima de direitos tradicionais – já no cerne da PEC 215 – até o uso de ilegalidade no processo, como esse encontrado na interceptação telefônica”, ressalta Cristiane Mazzetti, da campanha da Amazônia do Greenpeace.

Terra Indígena Marãiwatsédé e a luta dos Xavantes

Em 1966 um grupo de 400 Xavantes foi retirado de suas terras para permitir a expansão da fazenda Suia-Missú. Em 1992, no entanto, durante a Conferência Mundial do Meio-Ambiente (Rio 92) a empresa Agip Petróleo, que havia adquirido a área, comprometeu-se a devolvê-la a seus donos originais.

Em 1993 foi editada então a Portaria 363, do Ministério da Justiça, reconhecendo a TI Marãiwatsédé como de ocupação tradicional dos Xavante e garantindo sua demarcação. Mas, apesar de terem sido reconhecidos como os donos legais das terras, os Xavantes tiveram muitos problemas para regressar ao local. Desde então grupos organizados de posseiros ingressaram com diversos pedidos na justiça solicitando a anulação da reintegração de posse e, mesmo depois da decisão do Supremo Tribunal Federal, estes grupos continuam agindo com violência e invadindo a área para impedir o retorno dos indígenas.

Em agosto de 2013, em uma das tentativas da Polícia Federal de desocupar a região, posseiros queimaram 60% da Terra Indígena para, segundo o procurador MPT/MT, “impedir os indígenas de usufruírem pacificamente de seu território”. Neste cenário, a Aproxsum, presidida por Sebastião Prado, é vista pela PF e pelo MPF como ponto central de uma organização criminosa inserida “em estruturas políticas e associativas locais, cujos líderes atuam cooptando e insuflando multidões utilizadas como massa de manobra, mobilizadas por discursos de ódio contra a população indígena”, relata o procurador Assis.

A ação aponta ainda que, entre as práticas desta organização, estão o pagamento de propina, incitação a violência, além de privação de liberdade, já que grileiros que demonstravam intenção de sair das terras eram coagidos e mantidos à força no local, para “não enfraquecer o movimento”.

Infelizmente, o direito e o destino de milhares de indígenas brasileiros estão ameaçados por este tipo de política, caso a PEC 215 seja aprovada no Congresso. O Greenpeace é contrário a este projeto e continuará trabalhando para tornar pública a exploração incondicional da Amazônia.



Índios Tremembé lutam contra construção de complexo turístico espanhol em seu território

SÍTIO CIMI, 28.08.2014

Em luta por anos aos ataques de especuladores imobiliários espanhóis contra suas quatro aldeias, o povo indígena Tremembé, do município brasileiro de Itapipoca, no Estado do Ceará, viu incendiada algumas das próprias casas no último dia 10 de agosto. Para barrar as reiteradas tentativas de apropriação do território Tremembé pelos espanhóis para construir um complexo turístico, a comunidade resiste em acampamento e relata ausência por parte do Poder Público.

Em encontro agendado para o último dia 25 de agosto entre representantes das quatro aldeias Tremembé e membros do Ministério Público Federal (MPF), da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), na sede do Instituto, na cidade de Fortaleza (capital do Ceará), somente esta última instituição esteve presente. Para a ocasião, era esperada a discussão de maneiras de pressionar pela fiscalização no perímetro das terras indígenas no intuito de coibir atentados e violências contra a comunidade e em favor da demarcação de suas terras.

Em entrevista à Adital, Adriana Carneiro de Castro, uma das lideranças da etnia, conta que o incêndio destruiu cinco casas utilizadas pela comunidade para reuniões e eventos culturais, além da destruição do material guardado nos imóveis e de coqueiros plantados ao redor. "A gente não viu nem sabe quem fez. Mas sabe dos interesses do projeto", afirma Adriana.

Segundo ela, logo após o incêndio, ocorrido há pouco mais de duas semanas, os indígenas teriam acionado a Polícia Militar do Ceará, que teria afirmado não se envolver no caso por tratar-se de território indígena. "A gente ficou, nesses 15 dias, sem apoio algum dos órgãos públicos", apontou a tremembé.

Adriana afirma que a luta dos indígenas não se restringe à demarcação de terras ou à sobrevivência das etnias Tremembé, mas faz parte da construção de uma vida melhor para todos e todas. "Estamos pedindo o apoio dos órgãos e, principalmente, dos movimentos que lutam em defesa dos povos indígenas e de um mundo mais verde, sem devastações", disse.

Apesar de serem reconhecidas pela Funai, as aldeias aguardam demarcação oficial de seu território desde o ano de 2002. Para impedir a concretização do empreendimento, é preciso que a Fundação demarque a área.

Entenda o caso

O projeto Nova Atlântida, da empresa espanhola Afirm Housing Group, tem planejada, desde 2008, a instalação de um complexo de 3.100 hectares no município de Itapipoca. Informações do site EcoDebate – Cidadania & Meio Ambiente apontam que o projeto envolve um consórcio

CONT.



entre 17 empresas e inclui 27 hotéis de luxo e sete campos de golfe, orçados em R\$ 15 bilhões (equivalente hoje a 6,58 bilhões de dólares). A região é habitada por mais de 205 famílias, que estão ameaçadas de perderem sua terra e sua cultura ancestral caso o projeto não seja contido.

O EcoDebate aponta que, desde 1981, a empresa espanhola negocia terras com posseiros da região. Há mais de três anos, distribui mudas nas escolas da região com o argumento de proteger o meio ambiente local e tem aberto viveiros de plantas. No entanto, moradores locais desconfiam dessas ações, apontando que as plantas não fazem parte do ecossistema local, além de retirar o acesso da população aos manguezais, fonte de sobrevivência da comunidade.

Os índios têm recebido várias ameaças. Em 2005, a Polícia Militar de Itapipoca chegou a agredir tremembés que protestavam contra a derrubada de um coqueiral pela empresa, fonte de subsistência dos indígenas da região. Na ocasião, a Funai apoiou os índios e a Polícia Federal emitiu ordem judicial proibindo a entrada da empresa nas terras dos Tremembé.

Marcela Belchior,

jornalista Adita



Policiais militares espancam indígena e o mantém cativo durante evento em Palmeira dos Índios

SÍTIO CIMI, 28.08.2014

Pouco mais de um mês depois da prisão motivada por acusações não comprovadas do agente de saúde Xukuru-Kariri José Carlos Araújo Ferreira, solto há duas semanas, outro indígena do povo foi alvo de criminalização e violência partindo da Polícia Militar do município de Palmeira dos Índios, sertão de Alagoas. João Souza de Menezes afirma ter sido espancado por policiais durante a festa de emancipação política da cidade, no último dia 20, e depois retido na viatura durante três horas, sem ser encaminhado à delegacia.

“Decidiram soltar o declarante sem levá-lo à delegacia, mas não sem alertá-lo de que não deveria denunciar o ocorrido”, diz trecho do Termo de Declarações lavrado pela Procuradoria da República, com sede em Arapiraca. O indígena, conforme o documento, apresentava ferimentos na boca, nariz e garganta, “inclusive ainda escarrando sangue”. Menezes precisou ser encaminhado ao atendimento de urgência, com fortes dores no tórax e na cabeça, além de ferimentos. Um inquérito será instaurado para apurar o caso.

A família do indígena está em estado de choque. Sobretudo porque acreditam que o espancamento tenha como contexto a demarcação do território Xukuru-Kariri, por sua vez atrelada às perseguições inerentes ao procedimento, ora paralisado pelo Ministério da Justiça. Nas terras tradicionais reivindicadas pelos indígenas há fazendas e propriedades defendidas por uma rede de políticos alagoanos, caso dos senadores Renan Calheiros (PMDB/AL) e Fernando Collor (PTB/AL), ambos da base de apoio do governo federal.

Outro ponto que espantou os familiares de Menezes se deve a gratuidade da violência policial. Acompanhado da noiva, o indígena “foi surpreendido por policiais fardados que chegaram agredindo o declarante sem que o mesmo fosse interpelado”, diz o documento da procuradoria da República assinado por um analista pericial do Ministério Público Federal (MPF). Enquanto dois policiais espancavam Menezes, outros quatro assistiam. A violência teria sido cometida porque o indígena se desentendeu com um homem.

“Esse desentendimento não foi nada grave, nem mesmo houve troca de ofensas, apenas um esbarrão e derrubada de copo de bebidas alcoólicas (sic)”, descreve o documento. Menezes admitiu que ingeriu bebida alcoólica, mas afirma que não o suficiente para gerar problemas. “Mesmo que estivesse embriagado, a polícia deveria ter usado de um tratamento adequado, abordar do jeito certo, saber quem eu era e se portava documentos, permitir explicações”, disse o xukuru-kariri, da aldeia Fazenda Canto.

Conflito por terras e ameaças

Entre os xukuru-kariri existem três lideranças protegidas pelo Programa de Defensores de Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

CONT.



Uma delas é José Carlos Araújo Ferreira, o Carlinhos (na foto), que foi preso no último dia 11 de julho suspeito de ter praticado um assalto cuja vítima jamais se apresentou à polícia. Ao ser abordado, dentro da terra indígena, ou seja, sob jurisdição federal, os policiais encontraram com Carlinhos um revólver calibre 38. Toda vez que o xukuru-kariri se movimentava pela área onde foi preso, retomada nos últimos anos, levava consigo a arma. Mesmo protegido pelo Estado, essa era única forma encontrada pelo agente de saúde de se sentir mais seguro diante das constantes ameaças que sofria.

“Olha, não vamos desistir de nossa terra. Enquanto o procedimento de demarcação estava acontecendo, tudo ia melhor. Foi o ministro da Justiça (José Eduardo Cardozo) paralisar para a situação piorar. Querem fazer pressão para desistirmos. Será que vão esperar um indígena morrer, como já aconteceu, para garantirem o nosso direito?”, questiona uma liderança que pede para não ser identificada por razões de segurança.



Boletim de Notícias - Edição nº 151 / 2014

Brasília, 28 de agosto de 2014.

Governo propõe criação de Instituto de Saúde Indígena

SÍTIO CLIC PORTELA, 29.08.2014

A proposta de um novo modelo de gestão da saúde indígena pretende dar mais agilidade aos processos administrativos e às contratações de profissionais que atuam junto aos povos indígenas.

A criação do Instituto, como Serviço Social Autônomo, será feita após aprovação do Congresso Nacional. Atualmente, o projeto está sendo apresentado e debatido pelos conselhos de saúde indígena em todos os Distritos Sanitários Especiais Indígenas e ainda será apresentado e debatido no Conselho Nacional de Saúde, em setembro. A expectativa do governo federal é de que o Projeto de Lei que institui a nova gestão seja enviado ao Congresso Nacional ainda neste ano.



Cristalândia realiza 1º júri popular com indígena; ele era acusado de homicídio
SÍTIO PORTAL NORTE, 28.08.2014

O primeiro júri popular envolvendo um indígena foi realizado nessa terça-feira, 26, na Comarca de Cristalândia. O fato narrado na acusação ocorreu em abril de 2010 e culminou na morte de outro indígena.

Depois de quatro anos, por maioria de votos, o Conselho de Sentença do Tribunal do Júri de Cristalândia absolveu o indígena que respondia pelo crime de homicídio.

Auxiliado por um intérprete da Funai, o acusado se emocionou ao receber a notícia de sua absolvição. De acordo com o juiz Wellington Magalhães a dificuldade de diálogo entre o Judiciário e as comunidades indígenas, especialmente pelo choque entre culturas distintas, foi a principal barreira na resolução do processo.

O magistrado ainda ressaltou que a realização do I Workshop - Interfaces entre o Sistema Judiciário e os Direitos Indígenas, pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), em maio deste ano, também auxiliou na resolução.

"No evento se construiu um plano de ação conjunta entre os órgãos de justiça, Funai e os líderes das comunidades indígenas do Tocantins, possibilitou não só a conclusão desse feito, como de diversas outras ações judiciais envolvendo direitos e deveres dos povos indígenas".

Para o juiz titular daquela comarca, "o Judiciário de hoje não pode se quedar inerte frente às dificuldades do cotidiano, especialmente em relação à diversidade cultural, pois também é missão do magistrado estimular o diálogo intercultural".

Participaram da sessão do júri a promotora de justiça Thais Cairo Souza Lopes e os procuradores federais da Funai Lusmar Soares Filho e João Fula Ferreira da Costa Neto. (Fonte: Portal CT)